



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005086-78.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ELOY CESAR LEMES**
 Requerido: **Claro S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que há treze anos é titular de linha telefônica que especificou junto à primeira ré, a qual de forma inexplicável foi portada à segunda ré e transferida para uma empresa.

Não conseguindo resolver o problema, almeja à condenação das rés para que regularizem a situação e para que lhe reparem os danos morais que experimentou.

As preliminares arguidas na contestação apresentada pela segunda ré não merecem acolhimento.

Com efeito, o relato exordial não se ressentir de vício a maculá-lo e permite com clareza perceber qual o fundamento dos pedidos formulados, sobretudo à luz dos princípios informadores do Juizado Especial Cível.

Por outro lado, a realização de perícia é prescindível para a decisão da causa, como adiante se verá.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, as rés não refutaram específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, razão pela qual se admite como verdadeira a portabilidade da linha telefônica em apreço sem que houvesse justificativa para tanto.

Seu retorno à titularidade do autor é, portanto, de rigor, valendo destacar que a primeira ré deixou claro que cumprindo a decisão de fls. 07/08, item 1, essa linha já estaria ativa em favor do mesmo.

Relativamente a esse assunto, ressalvo que pelo que foi amealhado aos autos a situação da linha permanece sem solução.

A certidão de fl. 165 constatou que ela não está em funcionamento regular, sendo que isso poderá ter reflexos futuros no desdobramento do feito.

Por ora, impõe-se o acolhimento do pedido inicial para que se torne definitiva a decisão de fls. 07/08, item 1 à mímica de obstáculo concreto a tanto.

Destaco, outrossim, que a obrigação de fazer já foi implementada, restando à primeira ré que viabilize o normal funcionamento da linha.

Quanto ao ressarcimento dos danos morais, tenho-o como pertinente.

Basta a leitura dos autos para perceber o desgaste de vulto a que foi exposto o autor para resolver questão a que não deu causa, o que o afetou como afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

Ambas as rés ao menos no caso dos autos não dispensaram ao autor o tratamento que lhes seria exigível, não dando solução a problema que não se revestia de complexidade ao longo de largo espaço de tempo por responsabilidade exclusiva delas que não poderia ser transferida a terceiro.

Isso é o suficiente à configuração dos danos morais passíveis de reparação, mas o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à mímica de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés (1) a tomarem as providências necessárias para que a linha telefônica nº (16) 99193-9660 seja restituída à titularidade do autor, permanecendo junto à operadora **CLARO S/A**, incumbindo a esta no prazo máximo de cinco dias deixá-la em regular funcionamento, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00, bem como (2) a pagarem ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Dou por cumprida a primeira parte da obrigação de fazer imposta no item 1 supra (restituição da titularidade da linha ao autor perante a operadora **CLARO S/A**), mas, relativamente à segunda parte (a operadora **CLARO S/A** deverá deixar a linha em regular funcionamento no máximo em cinco dias), ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação pela ré **CLARO S/A**, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa contra essa ré.

Transitada em julgado, intime-se a ré **CLARO S/A** pessoalmente para cumprimento, deixando a linha em regular funcionamento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida no item 2 supra em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**